

Documentos de Trabalho
Working Paper Series

**“Instituições, Estabilidade Política e Desempenho
Económico Implicações para Portugal”**

Francisco José Veiga

NIPE WP 11/ 2013

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICAS ECONÓMICAS
UNIVERSIDADE DO MINHO

“Instituições, Estabilidade Política e Desempenho Económico Implicações para Portugal”

Francisco José Veiga

NIPE* WP 11/ 2013

URL:

<http://www.eeg.uminho.pt/economia/nipe>



Instituições, Estabilidade Política e Desempenho Económico Implicações para Portugal

Francisco José Veiga

Universidade do Minho

Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)

Sumário

O presente capítulo analisa a relação entre instituições, estabilidade política e crescimento económico no contexto dos 25 anos que se seguiram à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), com vista a determinar em que medida a economia portuguesa poderia ter tido um melhor desempenho se as instituições e o grau de estabilidade política do país fossem equivalentes às dos nossos parceiros europeus. Começa-se por realizar uma análise econométrica para cerca de 115 países, cobrindo o período 1985-2009, que demonstra que as instituições e a instabilidade política são determinantes importantes do crescimento económico. A extração de implicações para Portugal mostra que o desempenho económico poderia ter sido melhor se o país estivesse ao nível da União Europeia em termos institucionais e de estabilidade política. A convergência institucional ao nível da liberdade económica (com destaque para a flexibilização dos mercados) e da qualidade burocrática teria um impacto assinalável no ritmo de crescimento económico. Uma maior eficácia do sistema legal também produziria resultados interessantes.

Palavras-chave: Instituições; Competitividade; Crescimento Económico, Instabilidade Política; Portugal; União Europeia.

1. Introdução

Por que razão são uns países mais competitivos que outros? Ou, colocada a questão de outra forma, o que justifica as diferenças registadas nas taxas de crescimento económico e nos níveis de rendimento entre países e ao longo do tempo? Estas são questões que há muito tempo preocupam os economistas, como se pode depreender do título completo da obra de Adam Smith (1776), *Um Inquérito à Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, geralmente apontada como o primeiro tratado de Economia.

Várias teorias de crescimento económico e um elevado número de trabalhos empíricos procuraram identificar as principais determinantes do crescimento. Na sequência da análise pioneira de Solow (1957), vários estudos decompuseram as variações registadas no Produto Interno Bruto (PIB), de forma a calcular a contribuição da acumulação de fatores de produção (capital, trabalho e terra) e de outras variáveis para o crescimento económico e a explicar as diferenças de rendimento registadas entre países. De acordo com Hsieh e Klenow (2010), 50 a 70% das diferenças nos rendimentos *per capita* dos países permanece por explicar depois de ser tida em conta a acumulação de fatores de produção.

A parcela por explicar é geralmente atribuída ao avanço tecnológico e tem sido designada de produtividade total dos fatores. Mas, resta explicar porque é que esta produtividade difere tanto e cresce a taxas tão díspares em diferentes países. Investimentos em investigação e desenvolvimento e em educação, que impulsionam a acumulação de conhecimentos, explicam uma parte substancial desta variação, sobretudo em países desenvolvidos, mas parte das variações no crescimento económico continua por explicar.

A acumulação de conhecimentos foi crucial para a transformação dos países ocidentais em economias modernas, processo que foi fortemente impulsionado pela Revolução Industrial. Mas essa transformação não poderia ter acontecido sem a formação de instituições económicas, políticas e sociais que encorajaram a acumulação de conhecimentos e a sua aplicação no desenvolvimento de novas tecnologias. Assim, vários autores apontam as diferenças institucionais como uma causa fundamental das diferenças

de competitividade e desempenho económico entre países (ver, entre outros, Acemoglu, et al., 2005 e Acemoglu e Johnson, 2012).

As instituições são as regras do jogo numa sociedade (North, 1990). Elas organizam a luta entre os proponentes da mudança e os seus oponentes, pelo que afetam a capacidade dos países para inovar e implementar novas tecnologias. Estas regras, formais (leis, sistema político, regulamentos, etc.) ou informais (usos e costumes, valores, capital social, etc.), afetam a competitividade e o desempenho económico dos países. Afetam os custos de transação e produção (os chamados custos de contexto) e estruturam os incentivos dos agentes económicos, influenciando a organização da produção e os investimentos em capital físico e humano e em tecnologia. Adicionalmente, a forma como as instituições vão evoluindo ao longo do tempo determina a evolução das sociedades, pelo que o sucesso ou fracasso das nações pode em grande medida ser explicado pela adoção de instituições mais ou menos propícias ao crescimento económico (North, 1990; Acemoglu e Johnson, 2012).

A ideia de que as instituições têm um impacto significativo no desempenho económico já tem uma longa história na Economia: Adam Smith realçou fatores institucionais como direitos de propriedade e liberdade económica e a sua importância para a riqueza das nações; David Ricardo referiu a importância dos ganhos decorrentes do livre comércio e das economias de escala que este permite aproveitar; Joseph Schumpeter realçou a importância da iniciativa empresarial como motor do crescimento; e Franz von Hayek enfatizou a importância das instituições de mercado na afetação eficiente dos recursos.

O objetivo do presente estudo é analisar a relação entre instituições e crescimento económico no contexto dos 25 anos que se seguiram à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Mais concretamente, procura-se determinar em que medida a economia portuguesa poderia ter tido um melhor desempenho se as instituições e o grau de estabilidade política do país fossem equivalentes às dos nossos parceiros europeus.

A análise empírica processa-se em duas etapas. Na primeira, são estimados modelos de crescimento económico para cerca de 115 países, cobrindo o período

1985-2009, de forma a avaliar a contribuição das variáveis institucionais e políticas para o crescimento económico usando uma base de dados à escala mundial. Na segunda etapa, serão usados os coeficientes estimados e as médias das variáveis para Portugal e para os seus parceiros europeus com vista a estimar o impacto na taxa de crescimento do PIB *per capita* português por, em relação a cada variável em apreço, Portugal ter uma média diferente da europeia.

Este estudo está estruturado da seguinte forma. Na secção 2 é apresentada uma breve revisão da literatura sobre a relação entre instituições e crescimento económico. O estudo empírico para dados em painel é desenvolvido na secção 3. Na secção 4 são calculadas as implicações para Portugal. Finalmente, as conclusões são apresentadas na secção 5.

2. Instituições, estabilidade política e crescimento económico

North (1990) examinou a contribuição de desenvolvimentos institucionais para o crescimento económico ao longo da história. Concluiu que o sucesso e o fracasso organizacional explicam o progresso e o retrocesso das sociedades. Considerou particularmente importante a proteção dos direitos de propriedade, na medida em que os incentivos para investir em capital físico e humano só são potenciados quando está assegurada a capacidade de beneficiar dos frutos dos investimentos.

Vários estudos analisaram empiricamente a relação entre o crescimento económico e o grau de segurança dos direitos de propriedade. Knack e Keefer (1997) utilizaram dados de duas agências internacionais que prestam informações sobre o grau de risco associado a investimentos em diversos países. Classificaram os países quanto ao risco de incumprimento dos contratos, risco de expropriação da propriedade ou nacionalização e à existência no país de um quadro legal objetivo. Encontraram evidência de uma relação positiva e significativa entre a proteção dos direitos de propriedade e o crescimento económico.

Os sistemas legais desempenham um papel fundamental na proteção de direitos de propriedade. Mas, estes sistemas, que afetam o funcionamento das economias

nacionais, diferem entre países. La Porta et al. (1997) mostraram que a qualidade dos atuais sistemas legais depende das origens dos mesmos, com os baseados na *common-law* inglesa a proteger melhor os direitos dos investidores que os baseados no sistema legal francês (*civil-law*). Djankov, et al. (2002, 2003) concluíram que os sistemas baseados na *common-law* têm regulamentação menos pesada para os tribunais (que são assim mais céleres), para a entrada de empresas no mercado e para os mercados laborais.

Atendendo a que vários países herdaram os sistemas legais, e as instituições em geral, impostos pelas potências colonizadoras, vários estudos debruçaram-se sobre a influência das origens coloniais no desenvolvimento dos países. North et al. (2000) argumentaram que as diferentes instituições e o conseqüente diferente desempenho da América do Sul e do Norte se devem a terem sido colonizadas por países diferentes. Ou seja, o pior desempenho da América do Sul resultaria do facto de ter herdado piores instituições da Espanha e de Portugal do que a América do Norte herdou de ingleses e franceses. No entanto, Acemogmu et al. (2001, 2005) argumentaram que foram as condições locais que ditaram as instituições criadas na colónias, que se mantiveram mesmo após a independência. Concretamente, maior dificuldade de fixação dos colonos (maior taxa de mortalidade) levou à criação de piores instituições, viradas sobretudo para a extração de rendimentos, com a fixação de poucos colonos.

Os estudos acima referidos inserem-se também na discussão sobre o papel desempenhado pela geografia versus o das instituições. Sachs (2001) afirmou que a geografia tem um papel fundamental no sucesso económico dos países (mesmo tendo em conta as instituições). No entanto, vários outros autores argumentaram que os efeitos da geografia no crescimento económico operam através das instituições. Em Hall e Jones (1999) a latitude não retira o efeito das instituições. Acemoglu et al. (2005) argumentaram que as quedas de alguns países no ranking dos mais ricos do século XVI para o século XX podem ser explicadas pelas instituições mas não pela geografia. Easterly e Levine (2003) concluíram que a geografia não tem impacto sobre o PIB *per capita* de um país quando as instituições são tidas em consideração. Em suma, para estes autores, a geografia tem só

um efeito indireto no crescimento económico, na medida em que influencia a qualidade das instituições.

Em virtude de o peso do estado na economia ter aumentado muito na generalidade dos países ao longo do século XX, muitos artigos analisaram as consequências desse aumento da dimensão do Estado no crescimento económico. Vários concluíram que as despesas do estado têm um impacto negativo. Mas, de acordo com Barro (1990) esse efeito negativo pode só ser encontrado se o peso do estado exceder um determinado patamar. Igualmente importante é a estrutura das despesas do estado, já que diferentes tipos de despesa podem afetar o crescimento de forma diferenciada. Estudos empíricos, como o de Afonso e Furceri (2010), indicam que as despesas em infraestruturas e em educação têm um impacto mais positivo no crescimento que as despesas em transferências.

A relação entre democracia e crescimento económico tem também recebido ampla atenção na literatura. Embora alguns estudos encontrem uma relação positiva entre liberdade política e crescimento, este resultado pode derivar do facto das instituições políticas democráticas estarem intimamente relacionadas com a proteção dos direitos de propriedade e com a existência de um quadro legal objetivo. Numa análise empírica de referência nesta área, Barro (1996) encontrou uma relação fraca e negativa entre índices de liberdade política e crescimento. Tavares e Wacziarg (2001) analisaram os canais através dos quais a democracia afeta o crescimento, usando um painel de 65 países, para o período 1970-1989. Mostraram que a democracia favorece o crescimento, ao melhorar a acumulação de capital humano e ao diminuir a desigualdade de rendimentos, e que prejudica o crescimento, ao reduzir a taxa de acumulação de capital físico e ao aumentar o peso do consumo do governo no PIB. Concluíram que o efeito global da democracia é moderadamente negativo. Num estudo mais recente, Acemoglu, et al. (2008) concluíram que quando se controla para fatores que influenciam simultaneamente a democracia e o rendimento *per capita*, a associação entre estas variáveis desaparece. No entanto, poderá haver uma relação positiva de muito longo prazo (vários séculos) entre democracia e crescimento.

A instabilidade política gera incerteza sobre as políticas económicas futuras, reduzindo os incentivos para investir em capital físico e humano e em tecnologia. Este efeito adverso da instabilidade política sobre o desempenho económico pode ser atenuado, mas não eliminado, por instituições eficazes. Vários estudos encontraram uma relação negativa e estatisticamente significativa entre instabilidade política e crescimento económico, usando diferentes variáveis representativas da instabilidade.¹ Alesina e Perotti (1996) e Alesina et al. (1996) usaram índices baseados em eventos como motins, assassinatos e manifestações. Mauro (1995) baseou-se num índice de corrupção e Knack e Keefer (1995) em indicadores do risco dos países. Jong-A-Pin (2009) encontrou uma relação negativa entre índices de instabilidade do regime político e crescimento económico. Finalmente, Aisen e Veiga (2013), mostraram que maior incidência de instabilidade política está associada a menores taxas de crescimento do PIB *per capita*. A análise dos canais de transmissão revelou que a instabilidade política afeta adversamente o crescimento ao diminuir as taxas de crescimento da produtividade e, em menor escala, ao desincentivar a acumulação de capital físico e humano. Assim, toda esta literatura indica que a estabilidade política é essencial ao crescimento económico.

Numa das poucas aplicações ao caso português, Tavares (2004) realizou um estudo muito interessante sobre a relação entre instituições e crescimento económico em Portugal. Usando uma amostra com um vasto conjunto de países e indicadores institucionais (legais, de governação empresarial e do sistema financeiro), derivou implicações para a reforma institucional em Portugal. Mostrou que o país está geralmente abaixo da média europeia nos índices de desenvolvimento institucional. Concluiu que a área legal é a mais promissora para a implementação de reformas, pois os indicadores institucionais estão fortemente associados ao crescimento e o esforço de reforma requerido para atingir os patamares europeus não é elevado.

¹ Ver Carmignani (2003) para uma revisão da literatura.

3. Estudo empírico com dados em painel

Nesta secção procura-se avaliar em que medida as instituições e o grau de estabilidade política ajudam a explicar as diferenças registadas nas taxas de crescimento entre países e ao longo do tempo. Com tal objetivo em vista, foram recolhidos dados de variáveis económicas, institucionais e políticas para o maior número possível de países (cerca de 200). Embora tenham inicialmente sido obtidos dados de 1960 a 2009, o último ano disponível na base de dados *Penn World Table 7.0*, o período amostral utilizado nesta análise começa em 1985, pois pretende-se usar os resultados das estimações para extrair conclusões acerca do crescimento económico verificado em Portugal desde a assinatura do Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE).

O modelo econométrico de base corresponde ao adotado em Aisen e Veiga (2013), que segue a prática comum dos estudos empíricos de crescimento económico. Tendo em conta que variações anuais nas taxas de crescimento do PIB *per capita* se poderão dever mais a fatores conjunturais do que a tendências de longo prazo, é usual estudar os determinantes do crescimento económico com base em dados para períodos de cinco ou mais anos. No presente estudo, são usados cinco períodos consecutivos e não sobrepostos de cinco anos cada, para o horizonte temporal 1985-2009.² A variável dependente é a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* ao longo de um período de 5 anos.

Relativamente às variáveis explicativas, começa-se por incluir no modelo base aquelas que é mais comum encontrar em estudos de crescimento económico.³ Os sinais esperados para cada variável são os abaixo indicados:

- *PIB per capita inicial*: atendendo à evidência empírica favorável à existência de convergência condicional⁴ (Barro e Sala-i-Martin, 1994), é esperado um coeficiente de sinal negativo.

² Os cinco períodos são: 1985-1989; 1990-1994; 1995-1999; 2000-2004; e 2005-2009.

³ As variáveis *Investimento (% do PIB)*, *Taxa de crescimento populacional* e *Comércio externo (% PIB)* são expressas em termos de médias ao longo de cada período de cinco anos.

⁴ Verifica-se convergência condicional quando, controlando para diferenças entre países ao nível da educação e de outras variáveis, os países mais pobres tendem a crescer mais rápido que os mais ricos.

- *Investimento (%PIB)*: espera-se que uma maior taxa de investimento seja conducente a uma mais elevada taxa de crescimento do PIB (Mankiw et al., 1992). Assim, antecipa-se um coeficiente com sinal positivo.
- *Anos de escolaridade iniciais*: uma maior escolarização da população ativa corresponde a um nível mais elevado de capital humano, que está associado a maior produtividade e crescimento (Gemmell, 1996). Assim, um coeficiente positivo é esperado.
- *Taxa de crescimento populacional*: para tudo o resto igual, o crescimento da população diminui o PIB *per capita*. Espera-se um coeficiente negativo.
- *Comércio externo (%PIB)*: maior abertura ao comércio internacional possibilita maior especialização e aproveitamento de economias de escala, conduzindo a maior produtividade e crescimento. Antecipa-se um coeficiente positivo.

De forma a avaliar em que medida as instituições económicas afetam o crescimento, inclui-se também no modelo base uma variável representativa da liberdade económica. Trata-se do *Índice de liberdade económica* calculado pelo *Fraser Institute* (Gwartney e Lawson, 2011), que cobre 141 países e abarca o período compreendido entre 1970 e 2011. Este índice tem 42 componentes, agrupadas em 5 categorias gerais (que refletem o *Consenso de Washington*), pontuadas de 0 a 10: (1) dimensão do Estado (despesas, impostos e empresas públicas); (2) estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade; (3) acesso a uma moeda sólida; (4) liberdade para efetuar trocas com estrangeiros; e (5) regulamentação dos mercados (de crédito, trabalho e negócios). Estando valores mais elevados do índice associados a maior liberdade económica, antecipa-se um sinal positivo do coeficiente associado a esta variável.

O modelo empírico de base pode ser apresentado da seguinte forma:

$$\ln Y_{it} - \ln Y_{i,t-1} = \gamma \ln Y_{i,t-1} + \beta' \mathbf{X}_{it} + \lambda INST_{i,t} + \nu_i + \mu_t + \varepsilon_{it}$$

$$i = 1, \dots, N \quad t = 1, \dots, T_i \quad (1)$$

Em que $\ln Y_{it}$ é o logaritmo natural do PIB *per capita* do país i no final do período t , \mathbf{X}_{it} é um vetor de variáveis económicas, demográficas, educacionais e políticas que podem

afetar o crescimento, $INST_{it}$ é a variável que representa as instituições, γ , β , e λ são parâmetros e vetores de parâmetros a estimar, ν_i são efeitos específicos dos países, μ_t são efeitos específicos dos períodos de cinco anos, e ε_{it} é o termo de erro. As estatísticas descritivas das variáveis usadas nas estimações são reportadas na Tabela A.1 (nos anexos).

A estimação do modelo dinâmico acima apresentado pelo método dos mínimos quadrados ordinários (OLS) é problemática, pois o valor desfasado do PIB *per capita* ($Y_{i,t-1}$) é endógeno em relação aos efeitos fixos (ν_i). Assim, as estimativas do modelo OLS são inconsistentes, mesmo controlando para efeitos fixos ou aleatórios dos países, pois $Y_{i,t-1}$ estaria correlacionado com o termo de erro (Arellano e Bond, 1991; Baltagi, 2008). De forma a evitar estes problemas e a ter em conta o facto de as variáveis explicativas poderem ser afetadas pelo crescimento económico, são estimados modelos sistema-GMM (Arellano e Bover, 1985; Blundell e Bond, 1998) em que todas as variáveis explicativas são tratadas como endógenas.⁵

Na coluna 1 da Tabela 1 são reportados os resultados da estimação do modelo base. Tal como antecipado, verifica-se convergência condicional de rendimento, a taxa de investimento afeta positivamente o crescimento e a taxa de crescimento populacional tem um efeito negativo. Já os anos de escolaridade e a abertura da economia ao exterior não são estatisticamente significativas. Finalmente, tal como esperado, o índice de liberdade económica é estatisticamente significativo, com sinal positivo, apoiando a hipótese de que melhores instituições conduzem a mais elevadas taxas de crescimento económico.

Na coluna 2 inclui-se no modelo uma variável representativa da instabilidade política que, de acordo com vários estudos, tem efeitos adversos sobre o crescimento económico (Aisen e Veiga, 2013; Alesina et al., 1996; Jong-a-Pin, 2009). Trata-se da

⁵ Dado o carácter não técnico do presente capítulo, não são aqui apresentados pormenores em relação ao estimador sistema-GMM, que envolve a estimação conjunta da equação (1) em primeiras diferenças e em níveis, pelo método dos momentos generalizado (*Generalized Method of Moments - GMM*). Nessa estimação, de forma a acautelar eventuais problemas de endogeneidade, são usados como instrumentos da variável dependente desfasada e das variáveis explicativas endógenas, níveis e primeiras diferenças desfasados dessas variáveis. Para mais pormenores sobre esta metodologia, ver Arellano e Bover (1985), Blundell e Bond (1998) e Baltagi (2008). Para aplicações recentes em regressões de crescimento, ver Aisen e Veiga (2013) e Jong-a-Pin (2009).

variável *Mudanças de Gabinete*, que regista o número de vezes por ano em que mudou o chefe do governo ou, pelo menos, metade dos ministros. Tal como antecipado, um maior número de mudanças de gabinete por ano está associado a uma menor taxa de crescimento do PIB *per capita*.

Tabela 1: Instituições, Estabilidade Política e Crescimento Económico

	(1)	(2)
PIB <i>per capita</i> Inicial (logaritmo)	-0.0136* (-1.76)	-0.0126* (-1.68)
Investimento (%PIB)	0.0008* (1.94)	0.0005 (1.05)
Anos de escolaridade iniciais	-0.0023 (-0.30)	-0.0019 (-0.22)
Taxa de crescimento populacional	-0.306*** (-5.42)	-0.230*** (-3.57)
Comércio externo (%PIB)	2.15e-05 (0.42)	8.86e-05 (1.16)
Índice de liberdade económica	0.0144*** (3.08)	0.0157*** (4.59)
Mudanças de gabinete		-0.0153*** (-2.75)
Nº de observações	555	545
Nº de países	116	114
Teste de Hansen (valor p)	0.121	0.129
Teste AR1 (valor p)	0.0001	3.77e-05
Teste AR2 (valor p)	0.965	0.898

Fontes: Ver notas da Tabela A.1.

Notas: A variável dependente é a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* ao longo de um período de 5 anos. Estimções *Sistema-GMM* para modelos dinâmicos de dados em painel. Período amostral: 1985-2009. Todas as variáveis explicativas foram tratadas como endógenas. São reportados os resultados do segundo estágio (*two-step*) em que foram usados desvios padrão robustos para amostras finitas. As estatísticas t estão entre parêntesis. Nível de significância para a qual a hipótese nula é rejeitada: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%.

Relativamente à magnitude dos efeitos destas variáveis institucionais e políticas, um ponto adicional na escala de liberdade económica (que varia de zero a 10) aumenta a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* em 1,57 pontos percentuais, enquanto uma mudança de gabinete (troca de chefe de governo e/ou de pelo menos 50% dos ministros)

adicional por ano diminui a taxa de crescimento anual do PIB *per capita* em 1,53 pontos percentuais. Estes são efeitos consideráveis que comprovam a importância das instituições e da estabilidade política para o crescimento económico.

O próximo passo da análise empírica foi a estimação dos efeitos de cada uma das cinco categorias do índice de liberdade económica. Tal como se pode comprovar na Tabela A.2 (nos anexos), todas as cinco categorias têm coeficientes positivos e estatisticamente significativos, apoiando a hipótese de que maior liberdade económica conduz a maiores taxas de crescimento económico.

De seguida, foram consideradas nas estimações variáveis disponíveis no *International Country Risk Guide* (ICRG), que avaliam a qualidade das instituições e o risco associado a cada país. Destas, destacaram-se as cinco seguintes, cujos resultados são mostrados na Tabela A.3: (1) Estabilidade do governo; (2) Condições socioeconómicas; (3) Perfil de investimento; (4) Lei e ordem; e (5) Qualidade da burocracia. Estas cinco variáveis estão positivamente associadas à taxa de crescimento do PIB *per capita*, demonstrando mais uma vez que maior qualidade institucional e estabilidade política conduzem a maior crescimento económico.

Finalmente, procurou-se verificar se a democracia está positivamente associada ao crescimento económico, quando se controla para liberdade económica e instabilidade política. Das seis variáveis representativas de democracia incluídas na Tabela A.4 só duas se revelaram estatisticamente significativas (*Checks and Balances* e Constrangimentos ao executivo). Adicionalmente, os coeficientes estimados são pequenos. Assim, quando muito, há evidência pouco robusta de pequenos efeitos positivos da democracia sobre o crescimento económico. Atendendo a que o índice de liberdade económica e as mudanças de gabinete são sempre estatisticamente significativas e com coeficientes de maior magnitude, é provável que liberdade económica e estabilidade política sejam mais importantes para o crescimento que a democracia.

4. Implicações para Portugal

Na presente secção são extraídas implicações dos resultados do estudo empírico acima descrito para Portugal. Ou seja, procura-se determinar em que medida o desempenho da economia portuguesa ao longo dos primeiros 25 anos de integração europeia poderia ter sido diferente se Portugal tivesse instituições e estabilidade política semelhantes aos dos seus parceiros europeus. Atendendo a que 13 países entraram há relativamente pouco tempo na União Europeia,⁶ a comparação não será feita com todos os 27 parceiros de Portugal, mas sim com os 14 que também aderiram até 1995, grupo que será doravante designado de UE-14.⁷ A metodologia adotada segue a de Tavares (2004) e contém os seguintes passos:

- a) Comparação dos valores médios das variáveis institucionais e políticas para Portugal e para a UE-14, no período 1985-2009;
- b) Multiplicação da diferença entre esses valores médios pelo coeficiente estimado da variável em questão;
- c) O valor obtido no passo b) é usado para aferir o impacto na taxa de crescimento anual do PIB *per capita* português por, em relação à variável em apreço, Portugal ter uma média diferente da calculada para a UE-14;
- d) O impacto na taxa de crescimento anual é usado para estimar o impacto no PIB *per capita* português ao longo de 25 anos.

Na Tabela 2 são apresentadas as implicações para Portugal dos resultados da coluna 2 da Tabela 1 para o índice de liberdade económica e para a instabilidade política (mudanças de gabinete). Como se pode constatar nas colunas *a* e *b*, Portugal apresenta uma média mais baixa de liberdade económica e uma média mais alta de mudanças de gabinete que a UE-14. Assim, o desempenho económico português teria sido claramente melhor se Portugal estivesse ao mesmo nível que a UE-14 nestas variáveis. Concretamente:

⁶ Dez países aderiram à UE em 2004, a Bulgária e a Roménia em 2007 e a Croácia em 2013.

⁷ Fazem parte da UE-14: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.

- Caso Portugal tivesse o mesmo nível médio de liberdade económica que a UE-14, o seu PIB *per capita* teria crescido mais 0,58% ao ano, o que em 25 anos daria um acréscimo acumulado de 15,58%.
- Se Portugal tivesse tido a mesma média de mudanças de gabinete que a UE-14, o seu PIB *per capita* teria crescido mais 0,12% ao ano, o que em 25 anos daria um acréscimo acumulado de 3,11%.

Tabela 2: Implicações para Portugal – Liberdade Económica e Estabilidade política

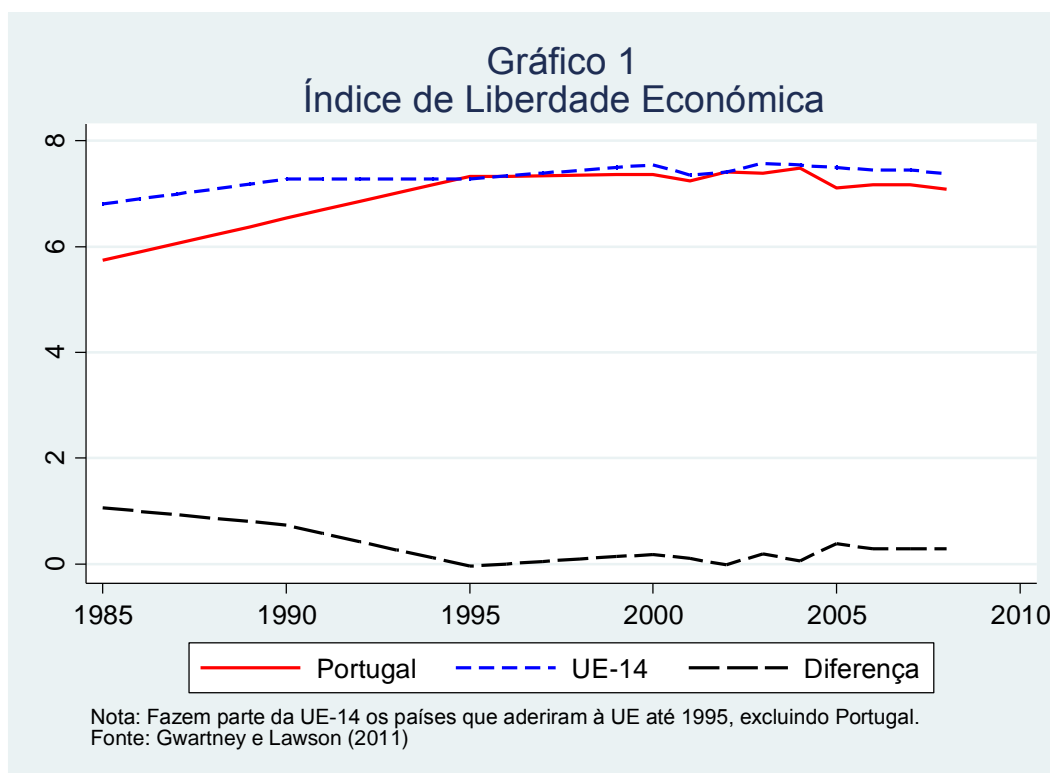
	Média Portugal (a)	Média UE-14 (b)	Diferença (c)=a-b	Coeficiente (d)	Impacto anual em p.p. (e)=c*d*100	Impacto 25 anos em p.p
Índice de liberdade económica	6,94	7,31	-0,37	0,0157	-0,58	-15,58
Mudanças de gabinete	0,41	0,33	0,08	-0,0153	-0,12	-3,11

Fontes: Cálculos próprios baseados nos coeficientes reportados na coluna 2 da Tabela 1 e nos dados cujas fontes são indicadas nas notas da Tabela A.1. O impacto ao longo de 25 anos, em pontos percentuais, é igual a $((1+e)^{25}-1)*100$.

Verificada a discrepância nas médias das variáveis em questão, é importante analisar a evolução das mesmas e verificar se Portugal se tem ou não aproximado da média da UE-14. O Gráfico 1 mostra os valores do índice de liberdade económica para Portugal, a média da UE-14 e a diferença entre estes. Partindo de um valor claramente mais baixo em 1985, houve uma assinalável convergência nos anos seguintes, sendo os valores praticamente iguais entre 1995 e 2004. No entanto, Portugal piorou a partir de 2004, ficando novamente algo aquém da média europeia (que piorou menos).

Relativamente às mudanças de gabinete, Portugal apresenta uma média de 0,41 por ano, o que significa que teve uma troca de gabinete em cada dois anos e meio. Já a UE-14 teve uma troca em cada 3 anos. Neste aspeto, não se pode dizer que Portugal tenha melhorado, pois só neste século já houve cinco mudanças de gabinete: para além das que resultaram das eleições de 2002, 2005, 2009 e 2011, houve uma troca de primeiro-ministro em 2004 quando Durão Barroso foi substituído por Santana Lopes. Caso

todos os governos tivessem cumprido mandatos de 4 anos, só teria havido 3 mudanças de gabinete no século XXI: 2003, 2007 e 2011.



De forma a aprofundar a análise das implicações das diferenças institucionais entre Portugal e a UE-14, efetuaram-se os cálculos para as cinco categorias do índice de liberdade económica. Como se pode verificar na Tabela 3, Portugal está em desvantagem em quatro categorias, com destaque para a regulamentação dos mercados, que tendem a ser menos flexíveis. A única categoria em que Portugal pontua melhor que a UE-14 é a dimensão do estado. Estima-se que, por ter um estado menos pesado, Portugal tenha crescido mais 0,46 pontos percentuais ao ano. No entanto, é preciso ter cuidado com esta estimativa, pois a simples comparação do peso do estado no PIB ignora a eficiência do mesmo. Ou seja, um estado menos pesado, mas pior gerido, dificilmente conduz a mais rápido crescimento económico. Várias obras recentes sobre a economia portuguesa (Bento, 2009; Carreira e Dâmaso, 2009; Moreno, 2010; Pereira, 2011) realçaram o mau funcionamento do estado e a má gestão dos dinheiros públicos, pelo que uma ampla

reforma do estado português tem sido considerada essencial para reduzir os “custos de contexto” que dificultam o crescimento.

Tabela 3: Implicações para Portugal - Categorias do Índice de Liberdade Económica

	Média Portugal (a)	Média UE-14 (b)	Diferença (c)=a-b	Coeficiente (d)	Impacto anual em p.p. (e)=c*d*100	Impacto 25 anos em p.p
(Menor) Dimensão do Estado	5,28	4,37	0,91	0,005	0,46	12,02
Estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade	7,81	8,48	-0,67	0,0041	-0,27	-7,10
Acesso a uma moeda fiável	8,25	9,19	-0,94	0,0032	-0,30	-7,80
Liberdade para efetuar trocas com estrangeiros	7,61	7,93	-0,32	0,0088	-0,28	-7,28
(Menor) Regulamentação dos mercados	5,85	6,63	-0,78	0,0131	-1,02	-28,94

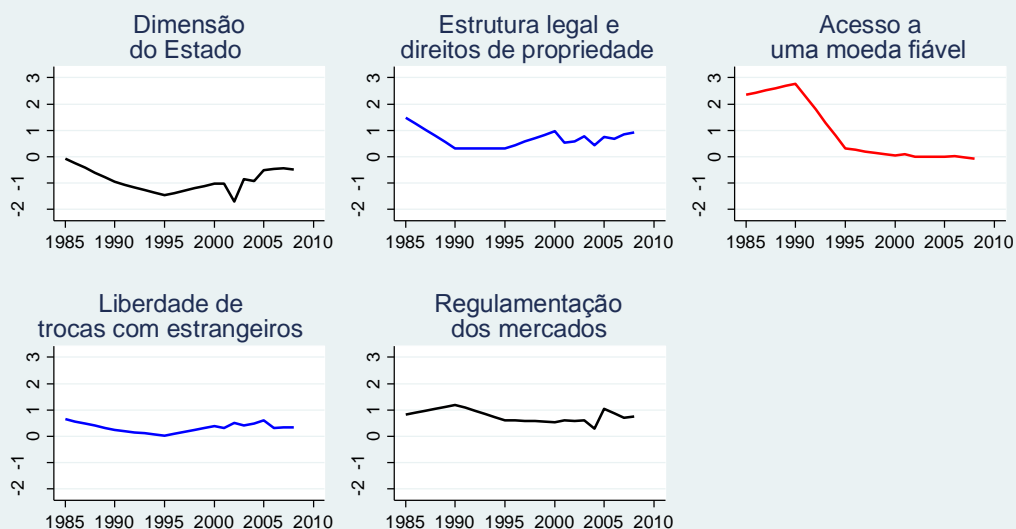
Fontes: Cálculos próprios baseados nos dados cujas fontes são indicadas nas notas da Tabela A.1 e nos coeficientes reportados na Tabela A.2.

Mais uma vez, é conveniente analisar a evolução dos índices, já que algumas diferenças entre a média portuguesa e europeia se poderão dever a valores mais antigos, sendo os atuais mais semelhantes. O Gráfico 2 mostra a diferença entre a média da UE-14 e os valores para Portugal nas cinco categorias do índice de liberdade económica. Como seria de esperar, a diferença relativa ao acesso a uma moeda sólida desapareceu com a adoção do euro, pelo que o impacto negativo calculado na Tabela 3 se deve aos 10 primeiros anos do período considerado. A diferença quanto à dimensão do estado também parece estar a esbater-se, o que é prejudicial ao crescimento económico português. Mas, ainda mais preocupante é a evolução relativa à estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade, pois a convergência verificada até 1990 tem sido anulada nos últimos anos.

Gráfico 2

Categorias do Índice de Liberdade Económica

(Diferença entre a média de UE-14 e Portugal)



Nota: Fazem parte da UE-14 os países que aderiram à UE até 1995, excluindo Portugal.
 Fonte: Gwartney e Lawson (2011)

O deficiente funcionamento da justiça em Portugal tem sido amplamente apontado como um entrave ao crescimento económico português. Bento (2009) considera que a Administração da Justiça é uma das áreas em que a implementação de reformas é mais urgente. Carreira e Dâmaso (2009) salientam a incapacidade do sistema judicial para lidar eficazmente com a corrupção. Pereira (2011, p. 197) afirma que “o nosso sistema judicial aumenta os custos de contexto das empresas a laborarem em Portugal e é um entrave à eficiência económica.” De acordo com Tavares (2004), Portugal está pior que a União Europeia na maioria dos índices de desenvolvimento legal. Ele conclui que a área legal é a mais promissora para implementar reformas, pois a maioria dos seus indicadores institucionais está fortemente associada ao crescimento económico e requer relativamente pouco esforço de reforma.

Finalmente, a Tabela 4 apresenta os cálculos para as variáveis institucionais e políticas extraídas do *International Country Risk Guide*. Portugal está pior que a UE-14 em todas elas, sendo os impactos estimados sobre o crescimento do PIB maiores para a qualidade da burocracia, as condições socioeconómicas e a lei e ordem. A pior prestação

de Portugal ao nível da qualidade da burocracia vem confirmar as críticas acima referidas ao funcionamento do estado e mais que anula a eventual vantagem de este ter um menor peso no PIB que na UE-14. Ou seja, Portugal tem um estado mais pequeno, mas também menos eficiente que a média da UE-14, pelo que acaba por representar um encargo similar, ou até superior, sobre a economia.

Tabela 4: Implicações para Portugal - Variáveis do *International Country Risk Guide*

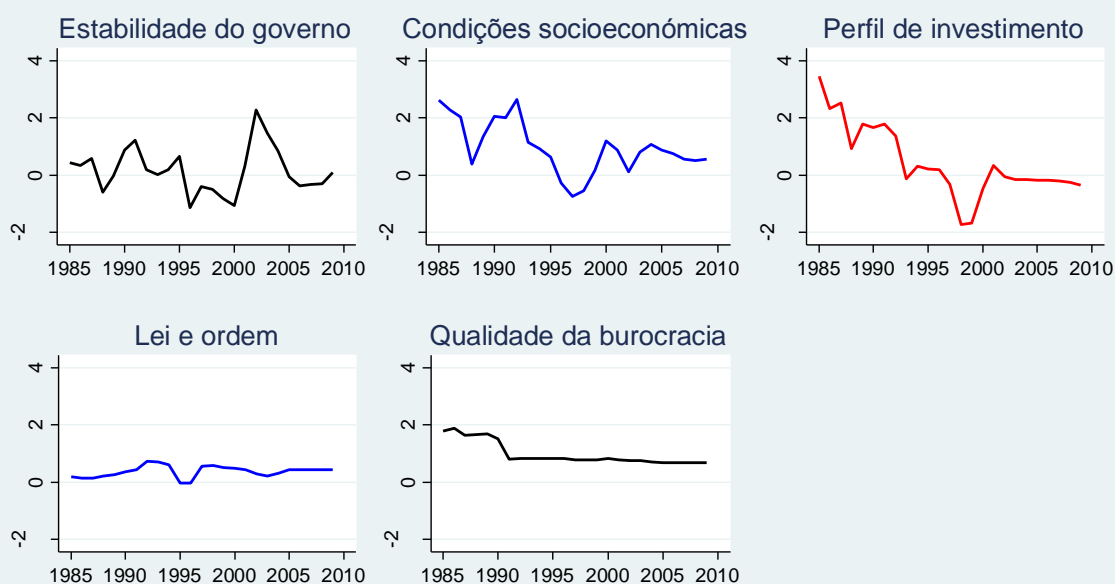
	Média Portugal (a)	Média UE-14 (b)	Diferença (c)=a-b	Coefficiente (d)	Impacto anual em p.p. (e)=c*d*100	Impacto 25 anos em p.p
Estabilidade do governo	8,14	8,3	-0,16	0,004	-0,06	-1,61
Condições socioeconómicas	7,09	8,05	-0,96	0,0024	-0,23	-5,92
Perfil de investimento	8,71	9,16	-0,45	0,0026	-0,12	-2,97
Lei e ordem	5,09	5,47	-0,38	0,005	-0,19	-4,86
Qualidade da burocracia	2,75	3,74	-0,99	0,0052	-0,51	-13,70

Fontes: Cálculos próprios baseados nos dados cujas fontes são indicadas nas notas da Tabela A.1 e nos coeficientes reportados na Tabela A.3.

No Gráfico 3 pode-se constatar que a evolução da diferença entre a média da UE-14 e Portugal tem sido algo volátil ao nível da estabilidade do governo, das condições socioeconómicas e do perfil de investimento, embora se registre uma clara melhoria nestas duas últimas vertentes. Relativamente à lei e ordem, assinala-se uma diferença estável e que pouco mudou ao fim de 25 anos, justificando as críticas acima referidas à administração da justiça em Portugal. Já a qualidade da burocracia portuguesa convergiu com a europeia até 1990, tendo mantido uma diferença praticamente inalterada desde então. De acordo com as estimativas apresentadas na Tabela 4, a taxa de crescimento económico anual de Portugal poderia ter sido meio ponto percentual superior à registada se a qualidade da burocracia portuguesa tivesse estado ao nível da europeia. Ao longo de

25 anos, o PIB *per capita* português poderia ter crescido mais 13,7 pontos percentuais. Embora estas estimativas devam ser analisadas com algum cuidado, pois baseiam-se em coeficientes estimados para uma grande amostra de países, elas corroboram a tese de que, sem uma ampla reforma que melhore significativamente a administração do estado e da justiça, “os seus efeitos negativos continuarão a pesar muito, direta e indiretamente, nos ‘custos de contexto’ da economia” (Bento, 2009, p. 157).

Gráfico 3
Variáveis do International Country Risk Guide
(Diferença entre a média de UE-14 e Portugal)



Nota: Fazem parte da UE-14 os países que aderiram à UE até 1995, excluindo Portugal.
Fonte: ICRG (PRS, 2011).

5. Conclusões

Neste estudo procurou-se determinar em que medida o desempenho da economia portuguesa nos primeiros 25 anos de integração europeia poderia ter sido melhor se Portugal estivesse ao nível dos seus parceiros europeus em termos de qualidade institucional e de estabilidade política. Para tal, começou-se por analisar empiricamente a relação entre instituições e crescimento económico, usando uma base de dados que cobre cerca de 115 países, durante o período 1985-2009. Os resultados das estimações efetuadas indicam claramente que as instituições e a estabilidade política são determinantes importantes do crescimento económico. Concretamente, há evidência empírica de que o índice de liberdade económica do *Fraser Institute* e as suas cinco componentes estão positivamente associados à taxa de crescimento do PIB *per capita*. O mesmo é verdade para os indicadores institucionais extraídos do *International Country Risk Guide*. Relativamente à estabilidade política, os resultados mostram que mudanças de gabinete mais frequentes prejudicam o crescimento, enquanto maior estabilidade governativa está associada a maiores taxas de crescimento económico. Finalmente, não há evidência robusta de que a democracia favoreça o crescimento e o efeito estimado é pequeno nos poucos casos em que a variável representativa da democracia é estatisticamente significativa.

A extração de implicações para Portugal foi feita com base nos coeficientes estimados e na média das variáveis institucionais e políticas para Portugal e para 14 parceiros europeus (UE-14) durante o período em análise. Os resultados indicam que o desempenho económico de Portugal poderia ter sido melhor se o nosso país estivesse ao nível da UE-14 em termos institucionais e de estabilidade política. A convergência institucional ao nível da liberdade económica (com destaque para a flexibilização dos mercados) e da qualidade burocrática teria um impacto assinalável no ritmo de crescimento económico. Um sistema legal tão eficaz como o dos parceiros europeus também resultaria num maior crescimento.

A principal implicação de política económica que pode ser extraída deste estudo é que Portugal teria muito a ganhar com a implementação de reformas que tornassem os

mercados mais flexíveis e que melhorassem a qualidade da administração do estado e da justiça. Dessa forma, seriam significativamente reduzidos os “custos de contexto” que dificultam a vida das empresas e dos agentes económicos em geral e que “emperram” a economia portuguesa. Tais reformas, não só dinamizariam o mercado interno, como ajudariam a captar mais investimento direto estrangeiro, na medida em que se tornaria mais fácil e mais seguro (em termos de cumprimento dos contratos) fazer negócios em Portugal. Uma redução do peso do estado e uma maior eficácia do mesmo libertaria recursos para setor privado, potenciando a produtividade e o crescimento económico.

Embora o programa de ajustamento negociado em Abril de 2011 com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia preveja reformas nas áreas acima referidas a implementação das mesmas tem sido muito lenta e as políticas até agora seguidas têm-se baseado sobretudo no aumento da carga fiscal e na redução generalizada de salários e pensões. Atendendo ao fraco desempenho da economia portuguesa no século XXI, à elevada taxa de desemprego atual e ao peso crescente da dívida pública no PIB, é imprescindível a dinamização do crescimento da economia portuguesa. A implementação de reformas nas áreas acima referidas seria uma forma de o fazer.

6. Bibliografia

- Acemoglu, D. e Johnson, S. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Profile Books, London.
- Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2001). "The colonial origins of comparative development: An empirical investigation." *American Economic Review* 91, 1369-1401.
- Acemoglu, D., Johnson, S. e Robinson, J. (2005). "Institutions as the fundamental cause of long-run growth." In Aghion, P. e Durlauf, S. (eds.) *Handbook of Economic Growth*, 385-472. Elsevier, Amsterdam, The Netherlands.
- Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. e Yared, P. (2008), "Income and democracy." *American Economic Review* 98(3), 808–842.
- Afonso, A., e Furceri, D. (2010). "Government size composition, volatility and economic growth." *European Journal of Political Economy*, 26, 517-532.
- Aisen, A. e Veiga, F.J. (2013). "How does political instability affect economic growth?" *European Journal of Political Economy* 29, 151-167.
- Alesina, A. e Perotti, R. (1996). "Income distribution, political instability, and investment." *European Economic Review* 40, 1203- 1228.
- Alesina, A., Özler, S., Roubini, N. e Swagel, P. (1996). "Political instability and economic growth." *Journal of Economic Growth* 1, 189–211.
- Arellano, M. e Bond, S. (1991). "Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations." *The Review of Economic Studies* 58, 277-297.
- Arellano, M. e Bover, O. (1995). "Another look at the instrumental variable estimation of error-component models." *Journal of Econometrics* 68, 29-51.
- Baltagi, B.H. (2008). *Econometric Analysis of Panel Data*. 4th ed. Chichester, John Wiley & Sons.
- Banks, A.S. (2010). *Cross National Time Series Data Archive, 1815–2009*. Databanks International, Jerusalem, Israel.

- Barro, R. (1990). "Government spending in a simple model of endogenous growth." *Journal of Political Economy*, 98(5), S103-S125.
- Barro, R. (1996). "Democracy and growth." *Journal of Economic Growth* 1, 1.27.
- Barro, R. e Lee, J. (2010). "A new dataset of educational attainment in the world, 1950-2010," NBER Working Paper 15902.
- Barro, R.J. e Sala-i-Martin, X. (2004). *Economic Growth*, 2ª edição, MIT Press, Cambridge, MA.
- Beck, T., Clarke, G., Groff, A., Keefer, P. e Walsh, P. (2001). "New tools in comparative political economy: The Database of Political Institutions." *World Bank Economic Review* 15(1), 165-176.
- Bento, Vítor (2009). *Perceber a Crise para Encontrar o Caminho*. Bnomics, Deplano Network, SA, Lisboa.
- Blundell, R. e Bond, S. (1998). "Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models." *Journal of Econometrics* 87, 115-143.
- Carmignani, F. (2003). "Political Instability, Uncertainty and Economics." *Journal of Economic Surveys* 17, 1-54.
- Carreira, M. e Dâmaso, E. (2009). *Portugal, Que Futuro?* Objectiva, Carnaxide.
- Djankov, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F. e Shleifer, A. (2002), "The regulation of entry." *The Quarterly Journal of Economics* 117(1), 1-37.
- Djankov, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F. e Shleifer, A. (2003), "Courts." *The Quarterly Journal of Economics* 118(2), 453-517.
- Easterly, W. e Levine, R. (2003). Tropics, germs and crops: How endowments influence economic development. *Journal of Monetary Economics* 50: 3-39.
- Freedom House (2011). *Freedom in the World Country Ratings (1972-2011)*. Freedom House, Washington, DC.
- Gemmel, N. (1996). "Evaluating the impacts of human capital stocks and accumulation on economic growth: Some new evidence." *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 58(1), 9-28.

- Gwartney, J. e Lawson, R. (2011). *Economic Freedom of the World - 2011 Annual Report*. Fraser Institute, Vancouver, BC.
- Hall, R. e Jones, C. (1999). "Why do some countries produce so much more output per worker than others?" *The Quarterly Journal of Economics* 114, 83-116.
- Heston, A., Summers, R. e Aten, B. (2011). *Penn World Table Version 7.0*. Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania.
- Hsieh, C.T. e Klenow, P. (2010). "Development accounting." *American Economic Journal: Macroeconomics* 2(1), 207-223.
- Jong-a-Pin, R. (2009). "On the measurement of political instability and its impact on economic growth." *European Journal of Political Economy* 25, 15-29.
- Knack, S. e Keefer, P. (1995), "Institutions and economic performance: cross-country tests using alternative institutional measures." *Economics and Politics* 7(3), 207-227.
- Knack, S. e Keefer, P. (1997), "Does social capital have an economic payoff? A Cross-Country Investigation." *The Quarterly Journal of Economics* 112(4), 1251-1288.
- La-Porta, R., Lopez-De-Silanes, F., Shleifer, A. e Vishny, R. (1997), "Legal determinants of external finance." *The Journal of Finance* 52, 1131-1150.
- Mankiw, N. G., Romer, D. e Weil, D. (1992), "A contribution to the empirics of economic growth." *The Quarterly Journal of Economics* 107, 407-437.
- Marshall, M., Jaggers, K. e Gurr, T.R. (2011). *Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2011*. Center for Systemic Peace
- Mauro, P. (1995). "Corruption and growth." *The Quarterly Journal of Economics* 110(3), 681-712.
- Moreno, C. (2010). *Como o Estado Gasta o Nosso Dinheiro*, 2ª edição, Caderno, Alfragide.
- North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.

- North, D., Summerhill, W. e Weingast, B.R. (2000). "Order, disorder and economic change: Latin America vs. North America." In: de Mesquita, B.B. e Root, H.I. (Eds.), *Governing for Prosperity*, Yale University Press, New Haven.
- Pereira, A.S. (2011). *Portugal na Hora da Verdade*. Gradiva, Lisboa.
- PRS (2010). *International Country Risk Guide*. PRS Group, East Syracuse NY.
- Sachs, J. (2001). "Tropical underdevelopment." *NBER Working Paper* 8119.
- Smith, A. (1776). *An Inquiry Into the Nature and causes of the Wealth of Nations*. Tradução Portuguesa de T. Cardoso e L.C de Aguiar, *Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1987.
- Tavares, J. (2004). "Institutions and economic growth in Portugal: A quantitative exploration." *Portuguese Economic Journal* 3, 49-79.
- Tavares, J. e Wacziarg, R. (2001) "How democracy affects growth." *European Economic Review* 45, 1341-1378.

7. Anexos

Tabela A.1: Estatísticas Descritivas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Taxa de crescimento do PIB _{pc} (PWT)	545	0,02	0,03	-0,14	0,10
PIB <i>per capita</i> Inicial (PWT)	545	8,63	1,31	5,18	11,13
Investimento (%PIB) (PWT)	545	22,32	7,68	-2,26	52,83
Anos de escolaridade (BL)	545	2,47	1,31	0,14	7,47
Taxa de crescimento populacional (PWT)	545	0,08	0,07	-0,28	0,30
Comércio externo (%PIB) (PWT)	545	78,00	48,59	12,63	428,22
Índice de liberdade económica (EFW)	545	6,15	1,18	2,11	8,81
(Menor) Dimensão do Estado (EFW)	544	5,79	1,51	1,46	9,31
Estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade (EFW)	538	5,71	2,03	1,32	9,89
Acesso a uma moeda sólida (EFW)	545	7,07	2,29	0,06	9,83
Liberdade para efetuar trocas com estrangeiros (EFW)	519	6,41	1,46	1,75	9,71
(Menor) Regulamentação dos mercados (EFW)	540	5,85	1,20	2,40	8,70
Mudanças de gabinete (CNTS)	545	0,47	0,36	0,00	2,00
Estabilidade do governo (ICRG)	501	7,73	1,80	2,28	11,32
Condições socioeconómicas (ICRG)	501	5,93	2,03	0,00	10,86
Perfil de investimento (ICRG)	501	7,47	2,31	1,15	12,00
Lei e ordem (ICRG)	501	3,82	1,46	0,73	6,00
Qualidade da burocracia (ICRG)	501	2,36	1,16	0,00	4,00
Escala de democracia (Polity IV)	520	4,17	6,22	-10,00	10,00
Responsabilização democrática (ICRG)	501	4,12	1,46	0,61	6,00
Constrangimentos ao executivo (Polity IV)	517	5,14	1,95	1,00	7,00
(Menores) Direitos políticos (FH)	545	3,04	1,97	1,00	7,00
(Menores) Liberdades cívicas (FH)	545	3,18	1,68	1,00	7,00
<i>Checks and balances</i> (DPI)	545	3,14	1,67	1,00	17,00

Fontes:

BL: Barro e Lee (2010);

CNTS: Cross-National Time Series database (Banks, 2010);

DPI: Database of Political Institutions (atualização de 2010 de Beck et al., 2001);

EFW: *Economic Freedom of the World* (Gwartney e Lawson, 2011);

FH: Freedom House (2011);

ICRG: International Country Risk Guide (PRS, 2010);

Polity IV: Polity IV database (Marshall et al., 2011);

PWT: Penn World Table Version 7.0 (Heston et al., 2011).

Notas: Amostra de períodos de 5 anos, consecutivos e não sobrepostos, de 1985 a 2009, para os 114 países considerados na regressão reportada na coluna 2 da Tabela 1.

Tabela A.2: Categorias do Índice de Liberdade Económica

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
(Menor) Dimensão do Estado	0.005** (2.26)				
Estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade		0.004** (2.29)			
Acesso a uma moeda sólida			0.003** (2.13)		
Liberdade para efetuar trocas com estrangeiros				0.008*** (3.04)	
(Menor) Regulamentação dos mercados					0.013*** (3.63)
Mudanças de gabinete	-0.0190*** (-2.603)	-0.0169*** (-2.715)	-0.0180** (-2.458)	-0.0174*** (-2.804)	-0.0194*** (-2.859)
Nº de observações	548	541	551	519	541
Nº de países	114	114	114	113	114
Teste de Hansen (valor p)	0.0872	0.123	0.0522	0.191	0.167
Teste AR1 (valor p)	0.0009	2.25e-06	0.000806	6.71e-06	0.0017
Teste AR2 (valor p)	0.806	0.311	0.904	0.333	0.656

Fontes: Ver Tabela A.1.

Notas: A variável dependente é a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* ao longo de um período de 5 anos. As 5 variáveis de controlo foram incluídas em todas as regressões. Estimções *Sistema-GMM* para modelos dinâmicos de dados em painel. Período amostral: 1985-2009. Todas as variáveis explicativas foram tratadas como endógenas. Os seus valores desfasados dois períodos foram usados como instrumentos nas equações em primeiras diferenças e as suas primeiras diferenças desfasadas um período foram usadas na equação em níveis. São reportados os resultados do segundo estágio (*two-step*) em que foram usados desvios padrão robustos para amostras finitas. As estatísticas t estão entre parêntesis. Nível de significância para a qual a hipótese nula é rejeitada: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%.

Tabela A.3: Variáveis do *International Country Risk Guide* (ICRG)

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Índice de liberdade económica	0.008*** (2.94)	0.012*** (5.24)	0.012*** (4.56)		
Estabilidade do governo	0.004*** (3.676)			0.004*** (3.10)	0.006*** (4.14)
Condições socioeconómicas		0.0024** (1.99)			
Perfil de investimento			0.0026** (2.18)		
Lei e ordem				0.005** (1.98)	
Qualidade da burocracia					0.005* (1.70)
Nº de observações	511	511	511	585	585
Nº de países	107	107	107	123	123
Teste de Hansen (valor p)	0.127	0.158	0.126	0.0978	0.0667
Teste AR1 (valor p)	0.0003	0.0003	0.0002	0.119	0.119
Teste AR2 (valor p)	0.644	0.669	0.592	0.285	0.312

Fontes: Ver Tabela A.1.

Notas: A variável dependente é a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* ao longo de um período de 5 anos. As 5 variáveis de controlo foram incluídas em todas as regressões. Estimções *Sistema-GMM* para modelos dinâmicos de dados em painel. Período amostral: 1985-2009. Todas as variáveis explicativas foram tratadas como endógenas. Os seus valores desfasados dois períodos foram usados como instrumentos nas equações em primeiras diferenças e as suas primeiras diferenças desfasadas um período foram usadas na equação em níveis. São reportados os resultados do segundo estágio (*two-step*) em que foram usados desvios padrão robustos para amostras finitas. As estatísticas t estão entre parêntesis. Nível de significância para a qual a hipótese nula é rejeitada: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%.

Tabela 4: Indicadores de Democracia

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Índice de liberdade económica	0.0125*** (3.50)	0.0166*** (3.62)	0.0151*** (4.42)	0.0103*** (2.92)	0.0127*** (4.17)	0.0131*** (3.59)
Mudanças de gabinete	-0.0152** (-2.09)	-0.0171*** (-2.59)	-0.0150*** (-2.81)	-0.0159*** (-2.96)	-0.0147** (-2.41)	-0.0154*** (-2.59)
Escala de democracia (Polity IV)	0.0005 (1.11)					
Responsabilização democrática (ICRG)		-0.0029 (-0.87)				
<i>Checks and balances</i> (DPI)			0.0043** (1.98)			
Constrangimentos ao executivo (Polity IV)				0.0043*** (2.62)		
(Menores) Direitos políticos (FH)					-0.0018 (-0.98)	
(Menores) Liberdades cívicas (FH)						-0.0018 (-0.80)
Nº de Observações	520	501	545	517	545	545
Nº de Países	109	105	114	109	114	114
Teste de Hansen (valor p)	0.105	0.247	0.155	0.132	0.0774	0.130
Teste AR1 (valor p)	2.65e-05	4.43e-05	8.89e-06	1.74e-05	1.01e-05	2.22e-05
Teste AR2 (valor p)	0.709	0.483	0.680	0.872	0.863	0.918

Fontes: Ver Tabela A.1.

Notas: A variável dependente é a taxa de crescimento média anual do PIB *per capita* ao longo de um período de 5 anos. As 5 variáveis de controlo foram incluídas em todas as regressões. Estimções *Sistema-GMM* para modelos dinâmicos de dados em painel. Período amostral: 1985-2009. Todas as variáveis explicativas foram tratadas como endógenas. Os seus valores desfasados dois períodos foram usados como instrumentos nas equações em primeiras diferenças e as suas primeiras diferenças desfasadas um período foram usadas na equação em níveis. São reportados os resultados do segundo estágio (*two-step*) em que foram usados desvios padrão robustos para amostras finitas. As estatísticas t estão entre parêntesis. Nível de significância para a qual a hipótese nula é rejeitada: ***, 1%; **, 5%, e *, 10%.

Most Recent Working Paper

NIPE WP 11/2013	Veiga, Francisco José , “Instituições, Estabilidade Política e Desempenho Económico Implicações para Portugal”, 2013
NIPE WP 10/2013	Barbosa, Natália, Ana Paula Faria e Vasco Eiriz, “Industry- and firm-specific factors of innovation novelty”, 2013
NIPE WP 09/2013	Castro, Vítor e Megumi Kubota, “Duration dependence and change-points in the likelihood of credit booms ending”, 2013
NIPE WP 08/2013	Monteiro, Natália Pimenta e Geoff Stewart “Scale, Scope and Survival: A Comparison of Cooperative and Capitalist Modes of Production”, 2013
NIPE WP 07/2013	Esteves, Rosa-Branca e Joana Resende, “Competitive Targeted Advertising with Price Discrimination”, 2013
NIPE WP 06/2013	Barbosa, Natália , Maria Helena Guimarães e Ana Paula Faria , “Single Market non-compliance: how relevant is the institutional setting?”, 2013
NIPE WP 05/2013	Lommerud, Kjell Erik, Odd Rune Straume e Steinar Vagstad, “Mommy tracks and public policy: On self-fulfilling prophecies and gender gaps in promotion”, 2013
NIPE WP 04/2013	Brekke, Kurt R., Luigi Siciliani e Odd Rune Straume , “Hospital Mergers: A Spatial Competition Approach”, 2013
NIPE WP 03/2013	Faria, Ana Paula e Natália Barbosa , “Does venture capital really foster innovation?”, 2013
NIPE WP 02/2013	Esteves, Rosa Branca , “Customer Poaching with Retention Strategies”, 2013
NIPE WP 01/2013	Aguiar-Contraria, Luís , Teresa Maria Rodrigues e Maria Joana Soares , “Oil Shocks and the Euro as an Optimum Currency Area”, 2013
NIPE WP 27/2012	Ricardo M. Sousa , “The Effects of Monetary Policy in a Small Open Economy: The Case of Portugal” 2012
NIPE WP 26/2012	Sushanta K. Mallick e Ricardo M. Sousa , “Is Technology Factor-Neutral? Evidence from the US Manufacturing Sector” 2012
NIPE WP 25/2012	Jawadi, F. e Ricardo M. Sousa , “Structural Breaks and Nonlinearity in US and UK Public Debt” 2012
NIPE WP 24/2012	Jawadi, F. e Ricardo M. Sousa , “Consumption and Wealth in the US, the UK and the Euro Area: A Nonlinear Investigation” 2012
NIPE WP 23/2012	Jawadi, F. e Ricardo M. Sousa , “Modelling Money Demand: Further Evidence from an International Comparison” 2012
NIPE WP 22/2012	Jawadi, F. e Ricardo M. Sousa , “Money Demand in the euro area, the US and the UK: Assessing the Role of Nonlinearity” 2012
NIPE WP 21/2012	Agnello, L, Sushanta K. Mallick e Ricardo M. Sousa , “Financial Reforms and Income Inequality” 2012
NIPE WP 20/2012	Agnello, L, Gilles Dufrénot e Ricardo M. Sousa , “Adjusting the U.S. Fiscal Policy for Asset Prices: Evidence from a TVP-MS Framework t” 2012
NIPE WP 19/2012	Agnello, L e Ricardo M. Sousa , “Fiscal Adjustments and Income Inequality: A First Assessment” 2012
NIPE WP 18/2012	Agnello, L, Vitor Castro e Ricardo M. Sousa , “Are there change-points in the likelihood of a fiscal consolidation ending?” 2012
NIPE WP 17/2012	Agnello, L, Vitor Castro e Ricardo M. Sousa , “What determines the duration of a fiscal consolidation program?” 2012
NIPE WP 16/2012	Veiga, Linda , “Voting functions in the EU-15”, 2012
NIPE WP 15/2012	Alexandre, Fernando e Pedro Bação, “Portugal before and after the European Union: Facts on Nontradables”, 2012
NIPE WP 14/2012	Esteves, Rosa Branca e Carlo Reggiani, “Behaviour-Based Price Discrimination with Elastic Demand”, 2012
NIPE WP 13/2012	Afonso, Oscar, Sara Monteiro, Maria Thompson “Innovation Economy, Productive Public Expenditures and Economic Growth”, 2012